

A universidade acolhe mulheres-mães?

Gisele Pimenta de Oliveira¹

“Como você pretende conciliar o doutorado com o trabalho e, agora, duas crianças?”, indagou-me um dos professores da banca de seleção para ingresso na pós-graduação. À época, eu estava grávida do meu segundo filho, ainda no primeiro trimestre de gestação. A pergunta pode parecer despreziosa para alguns, mas é justamente a “sutileza” simbólica da questão que ainda me assola. Não importa o quanto eu fale do fato, não consigo digerir. Ter filhos e emprego entra nos critérios formais de avaliação curricular? Um homem-pai ouviria esse tipo de pergunta? Se eu tivesse respondido: “não faço a menor ideia”, seria aprovada?

Grávida e com uma criança de dois anos, fui selecionada. Meu filho nasceu em 28 de abril de 2017, cerca de um mês após o início das aulas. Não tranquei o semestre por licença-maternidade na pós-graduação, [garantia oficializada recentemente pela UnB](#). Parar? Jamais. Eu consigo. Sou forte, batalhadora, guerreira. Coisas que a meritocracia nos ensina. Então, me sentindo absolutamente plena e realizada, lá estava eu assistindo à aula de metodologia uma semana após parir e com a cria literalmente amarrada em mim. Até que um anjo, a professora mais sensível e divina que já cruzou meu caminho, sussurra: Gisele, o que você está fazendo aqui? Vai para casa cuidar do seu bebê, e de você. Cirúrgica, a fala dela me abriu os olhos. Como poucas vezes na vida, senti que eu podia tirar minha fantasia de super-heroína. Não dar conta. Pedir ajuda. Chorar. Recuar. Desistir. Mudar os rumos. Enfim, ser humana.

O desfecho dessa longa jornada de muitas dores (e delícias) chamada doutorado não cabe nesse artigo. Quero abordar que, infelizmente, eu só passei a enxergar mães e crianças depois da minha maternidade. Pasmem (contém ironia), elas existem. E, queiram ou não, elas estão na universidade. Na graduação, na pós, nos espaços acadêmicos, nos setores administrativos. Alunas, técnicas, professoras, colaboradoras e terceirizadas são mães, mas muitas vezes precisam esconder isso. Esbocei algumas linhas sobre “maternidade invisível” no livro ([p. 49](#)) organizado pela turma de doutorandos em Comunicação da UnB e no relato de duas estudantes e uma docente, publicados pela Revista Darcy ([p. 30](#)). Porém, a visibilidade precisa ser institucionalizada.

Quem são essas mães? Quais suas demandas específicas? Quantos filhos elas têm? Onde eles ficam enquanto elas trabalham e/ou estudam? Quem cuida deles (e delas)? Como elas estão? Reformulando a frase que inicia esse texto, essas mulheres precisam de [garantias](#) e proteção para conciliar trabalho, maternidade e qualificação educacional. Antes que algum “paizinho” reivindique seus direitos porque também tem filhos e passou noites em claro para cuidar deles, antecipo: a questão é estrutural. São as mulheres que assumem [jornada tripla](#). Que perdem ou têm seus [empregos ameaçados](#). Que sempre colocam o nome na [certidão de nascimento](#) dos filhos. Que carregam quase a integralidade da [carga mental](#) e física de organização das rotinas e cuidados. Que não podem fugir de suas “responsabilidades” individuais e sociais.

¹ Doutora e mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing e formada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina. Servidora pública, jornalista na UnB.

A Universidade não pode negligenciar questões tão latentes. Reconheço avanços recentes. A UnB, por exemplo, começa a desenhar soluções institucionais, como a concessão de [auxílio](#) para estudantes com filhos menores de quatro anos, a [ampliação de prazos](#) para professoras e alunas em licença-maternidade, a instalação de trocadores em banheiros e o início das obras para a [construção da creche e do centro de pesquisa em primeira infância](#). Contudo, ações pontuais são apenas luz no fim do túnel.

Mais do que esperança, precisamos de políticas concretas no aqui e no agora. A instituição precisa pautar esse [debate](#) em seus conselhos superiores. Levantar dados e conduzir [pesquisas](#) que tracem o [perfil](#) e as necessidades dessas mães. [Considerar a maternidade](#) nas seleções de docentes e discentes. Conceder bonificação a essas mulheres em editais de fomento de projetos de ensino, [pesquisa](#) e extensão. Criar [espaços de convivência e acolhimento](#) para crianças.

Se, para muitos, a Universidade é a *alma mater* que nutre e alimenta, onde está o olhar para as mulheres reais que assumem essa função social de cuidar, nutrir e alimentar?